



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 18 DE JUNHO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Estão presentes os Srs. Sérgio, André, Gabriel Murgel Branco. O senhor é parente do antigo secretário Adriano Murgel Branco?

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Sou irmão dele.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ele era Secretário de Transportes e eu era da Coordenadoria Vicinais do Estado, do Governo Montoro. Foi a única vez que ocupei cargo público e pedi demissão. Não aguentei, fiquei 10 meses lá. Era ele e depois foi o Ortiz. Começamos a implementar um programa de vicinais do Estado de São Paulo.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Vereador Adilson Amadeu. Disseram-me que haveria um *power point* para a apresentação.

O SR. ADILSON AMADEU – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, peço que disponibilizem em meio digital ou impresso para que possamos acompanhar.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Depois da apresentação, tenho algumas perguntas a fazer para a Secretaria do Verde, que está representada pelo Sr. Sérgio Henrique Forini, Coordenador da Equipe Técnica da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, do contrato de concessão da inspeção veicular. Esse certame foi adiado devido a um requerimento meu ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas encontrou, em um primeiro momento, 19 irregularidades. Falo isso não só para deixar registrado em notas taquigráficas, como também para passar essa matéria para os 54 Srs. Vereadores para que possamos analisar passo a passo esse certame que poderá acontecer nos próximos dias.

Vamos à apresentação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está liberada a apresentação.

O SR. ADILSON AMADEU – A apresentação será feita pelo Sr. Gabriel, Diretor da Environmentality, ex-superintendente de poluição veicular da CETESB - trabalhou nisso muito tempo - e André. Agradeço a todos pela presença.

- O Sr. Gabriel Murgel Branco passa a referir-se às imagens em tela de projeção.

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO - Bom dia a todos. Primeiro quero cumprimentar os nobres Vereadores Ricardo Nunes, Adilson Amadeu e Milton Leite e agradecer pelo convite para estarmos aqui, mais uma vez, conversando sobre esse tema que me apaixonou há 40 anos.

Trabalhei quatro anos na engenharia de motores da Ford, depois fui aplicar esses conhecimentos na Cetesb, onde criei as propostas que geraram o Proconve, um programa que modificou a tecnologia do veículo brasileiro junto às fábricas e que confere se o veículo que está sendo usado ainda mantém suas características originais. É sob essa ótica que vou fazer minha apresentação.

O controle de poluição veicular é muito amplo – como mostra essa figura -, em que há uma interação muito grande entre uma caracterização da poluição do ar, porque é preciso saber que poluentes temos de controlar, quais estão ameaçando a saúde; uma medição da qualidade do ar para acompanhar se essa ameaça continua, se piora ou melhora; o inventário de fontes de emissão, que é um cálculo da quantidade anual de poluentes emitida por cada tipo de fonte para se priorizar qual a fonte deve ser controlada e o programa de Governo que defina as ações de controle.

Na questão do veículo, o primeiro programa é o Proconve, que é federal, capitaneado pelo Ibama, em que são definidos os procedimentos de ensaios que levam as indústrias a adotarem tecnologias limpas. Todo modelo de veículo é certificado antes de ser lançado no comércio, a durabilidade dele é comprovada e as especificações de manutenção também são aprovadas junto ao Ibama na hora da certificação do modelo. Isso também levou à alteração de combustíveis para que as tecnologias possam ser implantadas e serem eficientes.

Como decorrência desse programa, que já previa em sua primeira resolução, em 1986, há quase 30 anos, a inspeção dos veículos em uso como uma ferramenta para verificar se tudo que foi feito na fábrica está realmente surtindo efeito e sendo empregado na prática.

Complementarmente, existe o PCPV, o Plano de Controle de Poluição Veicular Regional, que é um estudo que cada região deve fazer para caracterizar se precisa ou não controlar emissão naquela região. Vou dar um exemplo simples. Uma cidade grande como São Paulo obviamente precisa, não precisa nem fazer estudo, mas uma pequenininha ou à beira-mar como Itanhaém, por exemplo, por mais que o carro polua, há tão poucos que não faz diferença na qualidade do ar. Esse é o âmbito do PCPV. E ele pode atuar em adequações locais de transporte, trânsito, enfim, são ações paralelas que também levam a soluções ambientais positivas.

Na questão tecnológica, um veículo homologado zero quilômetro tem uma quantidade de emissão, digamos. Depois de usado, a durabilidade dele é controlada e ele consegue ficar dentro de um limite próximo àquele do veículo novo, se bem mantido. Se mal mantido, ele pode perder todo o controle. Por exemplo, um usuário que arranca o catalisador do seu carro acaba o controle e ele vai parar numa emissão muito maior do que aquela prevista. E o programa de inspeção tem que cuidar dessa diferença, que é a redução da emissão evitável. É aquilo que com um tapinha que o mecânico dê as condições originais do carro voltam.

O objetivo desse programa – e aqui é importante se atentar ao nome que o Conama deu: inspeção e manutenção. Essa é a parte principal do programa, inspecionar é só um meio, a manutenção é o objetivo para controlar esse aumento inevitável ou evitável, de maneira que o Proconve e o IEMI são indissociáveis, não dá para fazer um sem o outro. É preciso ter uma mão dupla de conhecimentos do Proconve para o IEMI, para que a inspeção conheça de fato o que foi homologado e confira a conformidade daquele veículo e cada ano o modelo tem uma especificação diferente. A estatística do IEMI é uma poderosa ferramenta para reavaliar o Proconve e ver se as medidas tomadas efetivamente são duradouras. Então, esse é um ponto importante.

Qual é o objetivo do programa de inspeção? O objetivo é a manutenção preventiva

e também a corretiva, quando necessária. E os meios previstos no Proconve são a conformidade do veículo na inspeção, não somente medir a emissão de monóxido de carbono lá atrás e sim conferir toda uma especificação: se o veículo tem o catalisador original, se tem injeção eletrônica, se tem mangueiras de sistemas associados, se estão funcionando ou não estão vazando, etc.

Vem junto com isso o aprimoramento das oficinas, que acabam tendo que se informar sobre essas coisas para fazer o serviço de manutenção adequado, que antes desse programa, nem ligavam para tal.

Tem também o treinamento dos mecânicos. O Senai criou cursos em São Paulo e treinou mais de quatro mil mecânicos. Isso trouxe uma conscientização da sociedade, Vereador, muito importante. Quer dizer, no começo todo mundo rejeitava a ideia da inspeção, depois todos já estavam gostando da ideia, porque o veículo ficou mais econômico, mais valorizado. Tem uma série de vantagens adicionais para o próprio usuário.

Quanto aos resultados, obviamente a gente espera a redução de emissões, mas tem outro resultado, igualmente importante, que é a produção de conhecimento. Através da estatística da medição de milhões de veículos por ano, adquire-se o conhecimento de detalhes da frota como: quilometragem anual, média das emissões, grau de degradação da frota, porcentagem de veículo que perde o controle. Tudo isso é muito importante para refazer o inventário das fontes e redimensionar o programa como um todo, a partir do Proconve, inclusive.

Também serve como auditoria das montadoras. Se uma montadora fajutou a certificação vai aparecer na estatística do programa de inspeção. Apesar de a inspeção ser muito simples como medição, ela identifica modelos irregulares. Identifica também falta de definição de procedimentos de manutenção. Isso a gente viu acontecer e foi um conhecimento muito importante que a Prefeitura de São Paulo teve nos últimos cinco anos.

E finalmente, a identificação de causas de emissões facilmente contornáveis. É

claro que tem mecânicos que vão querer extorquir o usuário e vender um catalisador por dois mil reais. Acontece isso também, mas o conhecimento que esse programa produz dá para gerar uma cartilha para que o usuário saiba se defender e isso a gente já conseguiu ter.

Vamos falar um pouco de resultados de emissão.

A emissão de um carro aprovado está mostrada nesse gráfico como a linha verde escura. A média de emissão de um veículo pré-Proconve é da ordem de 2% de monóxido de carbono. Da fase 01 do Proconve já cai para 01 e depois vem caindo. Os veículos mais novos, quase que não aparece aqui a média, é coisa de 0,1% de CO.

Agora, o veículo reprovado que tem um defeito grave – só se reprova quando o defeito é grave, não é buscar filigrana, mas a má manutenção de verdade. Nos carros antigos a emissão do veículo reprovado é o dobro do que está em bom estado. Mas nos carros novos é oito vezes maior nos carros a gasolina e 30 vezes maior no flex, não porque seja ruim, é exatamente o contrário, como ele tem uma emissão original muito baixa, a sua desregulagem leva a 30 vezes mais.

De maneira que a ideia de que carro novo não precisa ser inspecionado é bobagem, porque 3% dos carros de um ano que são reprovados, mas emitindo 30 vezes mais do que devia eles valem por outra frota. É preciso inspecionar o carro de um ano também.

Se pegarmos esses valores, ou a partir da relação desses valores, nós fizemos uma média que chamamos de média inicial que são os veículos aprovados e os reprovados. Tirando a média, dá certo valor. Esses reprovados quando consertados e reinspecionados adquirem um valor verde-claro que é mais ou menos igual ao do veículo aprovado.

A nova média dos aprovados e reinspecionados dá outro cenário que mede o efeito do programa de inspeção. Esse efeito, feito para a frota inteira, aparece nessa última figura que mostra o seguinte: no primeiro ano nós tivemos uma redução de 50% mais ou menos do monóxido de carbono. Só pus o monóxido de carbono para ilustrar, mas hidrocarboneto foi 40% e material particulado foi 30. Há uma redução efetivamente grande.

Nos anos seguintes os patamares desceram tanto do valor inicial quanto do final, mas sempre há uma diferença grande, expressiva por efeito da inspeção.

Fugindo totalmente dos dados do programa e olhando para as medições que a Cetesb faz na qualidade do ar, nós vemos que essas contas são bastante ilustrativas e realistas, porque a qualidade do ar já foi muito ruim no passado.

Quando começamos o Proconve, São Paulo ultrapassava o limite de qualidade do ar por monóxido de carbono 200 dias, por ano. Era quase todo dia. Hoje, estamos na faixa de 10%, ou seja, 30 dias, por ano, a qualidade fica regular, cerca de 5-6 dias, por ano, fica inadequada mesmo.

Essa curva vinha melhorando até que se estabilizou. Era o efeito do Proconve, era a troca da frota antiga por nova, com qualidade muito melhor. A partir do Programa I/M, houve uma quebra desse comportamento e ele veio parar aqui embaixo, ou seja, não existe dúvida que teve um fato novo que mudou a qualidade do ar em São Paulo. O monóxido de carbono é o gás mais interessante de olhar isso, porque ele depende só dos veículos a gasolina e álcool.

Aqui nós vemos que até a capacidade de dispersão da atmosfera, a linha vermelha, está piorando, exceto nos anos 2009 e 2011, ela tem uma tendência de piora, mas a quantidade de monóxido de carbono reduziu drasticamente, mostrando que as contas que fazemos a partir da estatística do programa são bastante representativas da realidade. Para mim, essa figura é aquela que comprova como o programa de inspeção pode ajudar no controle da qualidade do ar.

Baseado nos dados que acabei de apresentar, a Faculdade de Medicina fez umas contas aplicando um modelo estatístico de mortalidade e chegou à conclusão de que apenas a inspeção de veículos a diesel; porque para partículas, eles têm um modelo muito seguro, mas para os outros gases ainda não está pronto esse modelo; salvou 560 pessoas por ano. Isso considerando que são 127 mil veículos a diesel inspecionados e se cada um pagou 47 reais, dá um custo de 10 mil reais por vida salva. Segundo o Professor Saldiva, da Faculdade de

Medicina, é o programa mais barato que temos de salvar pessoas no Brasil. Dez mil por vida salva é quase que irrisório, quer dizer, vale a pena. É um programa que produz efeito e efeito bom. Vou falar, para terminar, sobre a questão da licitação de novas empresas. Esse processo precisa ter uma ligação muito forte com o Proconve. O primeiro defeito que vejo em todas as licitações brasileiras, inclusive na última em São Paulo, é que falta essa conexão. Os editais não preveem essa ligação de verificação da conformidade do veículo com a sua especificação original. Os editais sempre olham a medição de monóxido de carbono, a medição de fumaça e para por aí. É preciso fazer um banco de dados, pensar num banco de dados que relacione uma coisa com outra, isto é, a homologação com a inspeção.

O edital da Prefeitura, infelizmente, está 20 anos atrasado. Ele foi bastante inspirado no edital feito pela mesma Secretaria em 1994, que já era ruim, porque faltava a mesma coisa, quer dizer, não se aproveitou o conhecimento gerado pelo programa de inspeção para fazer o novo edital e essas informações foram disponibilizadas. Eu participei muito da interpretação dos resultados. Existem dezenas de relatórios fornecidos à Secretaria; até publicados em seu *site*, não estão mais, não sei por que, mas estiveram; mostrando o que se pode obter desse programa.

O processo licitatório não previu uma transição interrompendo um programa que estava produzindo resultados bons, estava até sendo bem operado, para criar um novo. Precisava ter dado continuidade. Quer mudar, muda, mas sempre tem o que melhorar num programa desses. Se quiserem, tenho várias sugestões, inclusive ao Conama, porque aprendemos com ele.

Criou-se também um cronograma inexecutável. Três meses para implantar um programa, isso não existe. Como de fato não existiu. Os três meses já foram e também não vai ser em um ano, porque isso é muito difícil. Depois de tudo vencido, um ano é pouco e há uma licitação ainda para fazer.

O defeito principal desse edital é a qualificação técnica das empresas. Não exige.

Basta ter um engenheiro com CREA, pode ser recém-formado. Engenheiro com CREA é o cara que se formou ontem e tira o CREA no dia seguinte. Não precisa ter experiência nenhuma, essa é uma falha grave. E exigem que o engenheiro seja engenheiro mecânico automobilista, não pode ser outro. Eu, por exemplo, não me encaixo nessa qualificação e as que tenho não foram pedidas.

Outro ponto importante é que esse edital não exige habilitação em informática, formação de banco de dados ou manutenção de banco de dados. É um banco de dados enorme, não é para qualquer um, é difícil de processar. Tem que ter estatística, formação estatística pesada, porque toda a análise de um programa de inspeção é baseada em conhecimento da estatística, uma medição sozinha não faz nada, mas a estatística responde todas as perguntas, não exige qualificação estatística, nem administrativa para fazer um milhão de inspeções por ano, não é qualquer mecânico que sabe fazer e não defini qual é o tipo de treinamento que os funcionários da empresa terão, também não define os procedimentos de auditoria técnica e estatística, não define os procedimentos de rastreabilidade de resultados, não define os procedimentos automáticos antifraude que todo dia tem uma fraude nova, e o software tem de saber identificar isso, o software da inspeção.

O edital também não assegura a homogeneidade técnica entre as inspeções porque sem rastreabilidade, sem auditoria, não se pode fazer isso. Vai ser possível ter uma inspeção favorável num centro e desfavorável na outra?

E, finalmente, o edital prevê um aumento de custo disfarçado de diminuição que é de 47 reais por duas inspeções que era no passado para 40 reais por uma inspeção, que é mais caro. Enfim, um edital que prevê a escolha pelo menor preço e a falta de qualificação técnica da empresa é a receita certa para o fracasso do programa porque não tem conhecimento técnico, isso custa mais barato do que uma empresa que tenha o expertise e o menor preço escolhe o pior.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A próxima apresentação, que é do Sr.

André, agradeço já sua colaboração espontânea para esta Casa. Meu Presidente me chamou para falar a respeito da sua explanação e que loucura se esse certame tivesse acontecido do jeito que a Secretaria do Verde estava fazendo.

O SR. ANDRÉ STEAGALL GERTSENCHTEIN – Represento a Fundação de Apoio à Escola Politécnica, que está aproveitando o convite e a oportunidade que foram feitas para explicar porque defende a existência de um programa de inspeção e manutenção e porque não defende esse programa que foi proposto pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Por que ter um programa de inspeção e manutenção, também conhecido pelo público como o programa de inspeções veiculares.

Segundo a professora Emília Maricato, da FAU-USP, que é uma pessoa conhecida, uma técnica respeitada e na revista do Ipea em julho de 2011, 96% da poluição ar tem origem na poluição veicular. Então é uma parcela muito expressiva. Agir sobre essa parcela é muito importante. O Prof. Gabriel Branco, quando esteve na Cetesb, em 1986, acompanhado de outros técnicos, criou o Proconve – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores. Esse programa, que age nas montadoras – no projeto e na produção de veículos novos –, foi dividido em cinco fases.

Vocês podem ver três dos índices de poluentes mais importantes: monóxido de carbono, óxido de nitrogênio e os hidrocarbonetos.

Na fase L1 até 91, o máximo admitido de monóxido de carbono era de 24g/km. Até 2013, passou a ser 2g/km, representando uma redução de 91,7%. O óxido de nitrogênio passou de 2g/km para 0,12g/km, o que representou uma redução de 94%. Os hidrocarbonetos, de 2,1g/km passou para 0,05g/km, em uma redução de 97,6%. Isso significa que o Proconve cumpriu a sua tarefa: obrigou a indústria a investir em tecnologia, e a poluição dos veículos novos foi drasticamente reduzida.

Sobra, entretanto, a frota em circulação. Não adianta forçar a indústria a produzir veículos menos poluentes, mas deixar que o cidadão circule com o veículo em qualquer

estado, porque aquele investimento, sem um programa de inspeção e manutenção, não é eficiente, e todo o esforço e investimento do Proconve é inútil, é dinheiro jogado fora.

O problema é que o município suspendeu um programa de inspeção veicular que cumpria a sua função técnica. Trato do assunto técnico. Tecnicamente, o programa era adequado, era correto, fazia as funções de uma das ferramentas do Proconve atuando sobre a frota em circulação. E hoje eles citam um programa que não cumpre essa missão. Por várias razões, duas delas muito importante, sendo que vou mencionar apenas duas devido ao tempo limitado.

A primeira razão é porque não existe experiência prévia. Existem hoje dezenas de empresas fazendo inspeções veiculares no mundo. A Europa quase inteira faz inspeções veiculares seguindo as mesmas normas técnicas do Brasil. E experiência dessas empresas lá, técnica, serve para a norma brasileira. Só que o edital admite que oferte proposta quem nunca fez uma inspeção na vida. Uma inspeção é diferente de um milhão de inspeções. A Escola Politécnica tem orgulho de formar, a nossa opinião, os melhores engenheiros mecânicos do Brasil. A FEI pensa diferente, e eles têm o direito de pensar, pois os deles são bons também. Só que os nossos engenheiros recém-formados, se receberem um equipamento de inspeção veicular e um manual e estudarem esse equipamento, eles conseguem fazer uma inspeção. Um menino recém-formado é capaz de fazer, depois de passar uma semana estudando, um mês estudando. Ele é capaz de fazer uma inspeção. Fazer um milhão de inspeções é absolutamente diferente. É como pedir para um restaurante artesanal, que atende meia dúzia de pessoas por noite, com o dono que é cozinheiro, virar uma rede com inúmeras lojas atendendo a população de São Paulo inteira.

Quem faz um milhão de inspeções tem de ter estrutura logística, tem de ter segurança de informação. Quem faz inspeções na frota, lida com informações sigilosas. Tem de ter uma estrutura de TI, de informática, pesada, profissional. Tem de saber se relacionar com o público em grande volume. Não é atender uma pessoa, é atender muita gente. Tem de

saber fazer gestão de rede de estações complexas. Não de uma inspeção, não de uma estação, mas de uma rede que atinja, segundo esse programa, um quarto do Município de São Paulo, na menor hipótese, ou até metade do Município, no máximo. Esse edital dificulta a participação de empresas sérias. Isso é pesado, mas é verdade e as razões são técnicas.

A frota estimada por lote constante do edital não implica em qualquer compromisso da SVMA. Não é o André que está falando, está escrito no edital. Eles põem uma frota estimada e dizem que aquilo é uma estimativa sem que implique em nenhum compromisso deles. E faz referência a um estudo indisponível. A demanda, ou seja, o volume de serviço que um proponente vai prestar em um lote é desconhecido dele. Ele não tem a menor condição de avaliar, como é que ele vai fazer a proposta?

O edital não estabelece que quem tem um veículo registrado num lote é obrigado a fazer a sua inspeção naquele lote. Então gente, num caso extremo, seria possível que todos os veículos de São Paulo fizessem a inspeção num único lote e que os outros três não fizessem uma única inspeção. É claro que esse é um caso extremo, mas é muito provável haver um desequilíbrio entre aqueles que vão prestar o serviço. Como é que uma empresa séria pode participar desse processo? Como essa empresa dimensiona sua rede de estações? Para quantos veículos? Para aquela frota estimada, para metade dela, para 10% dela?

Cronograma de implantação é absolutamente irreal. Ele prevê que em 90 dias é preciso atender 25% da frota alvo. É importante que vocês percebam que não é apenas atender a 25% da frota, é preciso ter todo o *backoffice* pronto, a infraestrutura de TI, a logística, enfim, tudo aquilo que falei antes precisa estar 100% pronto, em 90 dias. Em 180 dias, tem de atender 100% da frota alvo. Gente, em 90 dias, como o Professor Gabriel Branco falou, já se passaram e vão passar muitos outros, porque é muito pouco tempo.

Mais uma vez o estudo da FGV, que serviu de base para cálculo de tarifas, está indisponível. Ele não foi distribuído. Na audiência pública, de 10 de janeiro, a FDTE estava presente. Nós já participamos de outros processos. Já fomos chamados pela Secretaria do

Estado do Meio Ambiente do Paraná para fazer a modelagem do processo deles e nos interessamos por checar o estudo da FGV. A resposta que nos foi dada é que esse estudo talvez não pudesse ser disponibilizado por questão de confidencialidade. Acho que não está correto. Acho que o cidadão, a FDTE e qualquer um de nós têm direito de ter acesso a esse estudo. Portanto, a falta de dados muito importantes dificulta a elaboração de propostas fundamentadas. Se não dá para fazer uma proposta fundamentada, de duas uma, ou a proposta será um chute ou uma empresa séria não participa. E eu nivelei esse processo por baixo. Esse processo, do jeito que está, abre grandes possibilidades de conflitos visando recomposição de tarifas. Quem participar – e aqui quem conhece um pouco disso sabe que é verdade – terá um prato cheio para depois pleitear recomposição de tarifas, com grande prejuízo potencial para o município.

Então o modelo proposto significa mais uma vez substituir um programa que sob o ponto de vista técnico – não discuto nenhum outro ponto de vista, porque não cabe a FDTE discutir, mas tecnicamente ele era correto – por um que não traz qualquer garantia de resultado e pode perfeitamente ser dinheiro jogado fora.

Nossa posição não é que a solução é suspender e não fazer o programa de inspeção e manutenção, ele é necessário. A solução é corrigir as deficiências desse modelo, só que com abertura e transparência que até agora não tivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou pedir para a assessoria retomar a iluminação pós a exibição.

Fiquei boquiaberto, Vereador Adilson, porque não estava acompanhando esse pleito licitatório lançado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, mas me chamou a atenção. Se tudo o que os Srs. Gabriel e André depuseram é verdade, e quero crer que sim porque estão depondo numa audiência pública da Câmara Municipal de São Paulo, é realmente assustador que um pleito licitatório possa ser levado a diante, mas por cautela gosto, para

transformar minimamente o juízo de condução e de valor, auscultar as duas partes, o que é de bom alvitre.

Assim, devolvo a palavra para o nosso querido Vereador Adilson Amadeu, para que formule as questões, ressaltando o direito de indagá-los na forma do pleito. E gostaria de ver aqui o Wanderley Meira, Secretário do Verde, para responder, se também não for bastante suficiente o Sr. Sérgio falar hoje.

Então tem V.Exa. a palavra, Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, acho que um anjo da guarda aparece e fortifica os Vereadores, esta Comissão e todas as outras comissões, foi dentro de um requerimento meu, quero deixar claro, no Tribunal de Contas que não houve o certame. Olha que barbaridade, mais uma que aconteceu na cidade de São Paulo.

É bom porque as pessoas estão acompanhando esta sessão, talvez, da Secretaria do Verde, aqueles que estariam já participando, festejando e queriam ganhar esse certame. Vou repassar esse material para os outros 54 Vereadores. Quando se fala que não pode apresentar para os senhores, eles usam vários termos como, por exemplo, confiabilidade. O mesmo que está acontecendo com o trabalho do Call Center 156. Isso vai acabar. Talvez vá até para o Ministério Público para que expliquem, porque se não fosse o meu requerimento esse certame teria acontecido com 19 irregularidades logo no começo. Srs. André e Gabriel, queremos agradecer pela maneira clara como colocaram tudo isso.

Tenho algumas perguntas a fazer, mas logicamente o representante, Sr. Sergio Henrique Fiorini, Coordenador da Equipe Técnica da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do contrato de concessão está aqui. Sr. Sergio, o senhor é funcionário de carreira? Está com a palavra o Sr. Sergio Henrique.

O SR. SERGIO HENRIQUE FIORINI – Bom dia a todos. Meu nome é Sergio Henrique Fiorini, eu sou o Coordenador Técnico da Inspeção Veicular.

P – O senhor é funcionário de carreira há quanto tempo?

R – Há oito anos.

P – O senhor está nesse programa há quanto tempo?

R – Desde 2008.

P – O senhor está desde 2008. E o senhor já estaria então acompanhando o certame que foi adiado?

R – Estaria.

P – Então o senhor vai ter 10 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só uma questão de orientação, Sr. Henrique qual é sua formação acadêmica?

R – Sou engenheiro mecânico, tenho mestrado em engenharia química e doutorado em engenharia de materiais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. Só para esclarecer. É concursado em que cargo?

R – Sou especialista em meio ambiente e engenheiro mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – De que ano foi o concurso seu?

P – 2006.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ok. Obrigado. Vamos otimizar o tempo.

O SR. ADILSON AMADEU – Quando foi cancelado o programa da Controlar, o senhor atestou também esse cancelamento, o senhor fez alguma referência?

R – Não.

P – Nenhuma referência?

R – Não.

P – Está bom. Então faça sua explanação, depois voltamos às perguntas que serão, inclusive, para todos os convidados.

R – Gostaria de agradecer os Vereadores Adilson Amadeu, Milton Leite e Ricardo Nunes, mas preferiria responder o questionamento de vocês.

P – Dentro da explanação o senhor não quer citar nada, não quer falar nada?

R – Algumas coisas que eu poderia citar...

P – Talvez, eles falaram alguma coisa...

R - Por exemplo, quando disse...

- Manifestação fora do microfone.

R – Da qualificação eu falo depois. A informática, o programa da inspeção veicular, o programa anterior, quem fazia a parte de informática, de dados, toda parte de informática era a concessionária. Esse programa, quem está fazendo todo o banco de dados de todo o sistema informatizado é a Prodam em convênio com a Secretaria do Verde.

Então os dados que não têm que o Gabriel falou, que não foram passados vão estar hoje dentro da Prodam, como estava o outro banco de dados anterior, que a Prodam compartilhava com a concessionária. Esse novo modelo, a Prodam que será detentora de todo banco de dados do setor de inspeção veicular.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem. Só para ser rápido, vamos imaginar que a Prodam se abasteça em TI, ela tem essa condição, como ela vai conversar com as oficinas e se está prevista na peça editalícia?

R – Está prevista.

P – No edital?

R – Está.

P – Está prevista no edital, ela vai capacitar as oficinas então?

R – A gente vai ter o sistema...

P – Não. A pergunta é: ela vai capacitar as oficinas?

R – Não. As concessionárias vão ter de fazer o sistema delas em coerência com o da Prodam.

P – Então, mas estou dizendo se não exige capacitação...

R – Não. A capacitação vai ser da Prodam.

P – Estou dizendo, mas se você não exige capacitação por parte do contratado...

R – Exige. É uma coisa assim: os anexos do edital...

P – Onde é que está previsto no edital? Eu não li o edital.

R – No Anexo III estão as especificações técnicas...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) – Tudo bem. Qual a exigência de capacitação das concessionárias?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Da parte de informática?

P – É, da parte de informática.

R – Vai ter de ter um sistema compatível com o sistema da Prodam.

P – Terá de ter, mas não tem pessoal capacitado?

R – Não.

P – Você está dizendo o seguinte: eu estou perguntando, então, Henrique, qual é a capacitação exigida da concessionária, os profissionais que estão, porque são oficinas. As concessionárias são pequenas?

R – Não, não são pequenas. Eu tenho que ter um capital social de dez milhões de reais.

P - Dez milhões de reais?

R - Dez milhões de reais. Está no edital.

P – Tá bom.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Sérgio, o senhor recebeu a informação de que o Tribunal de Contas encontrou 19 irregularidades?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – A gente está respondendo todo o questionário.

P – Ainda está respondendo?

R – Estará entregue no Tribunal essa semana.

P – Já venceu o prazo.

R – A minha parte eu já respondi.

P – A sua parte? Está bem. O edital exige alguma experiência técnica do licitante?

R – Exige que eu tenha a comprovação técnica. Exige que a empresa seja registrada no CREA e tem uma coisa: se a gente for exigir uma capacitação técnica do licitante... São duas coisas diferentes: quando se diz que um modelo europeu pode ser usado no Brasil, a frota no Brasil é uma frota completamente diferente da do resto do mundo. A nossa frota tem 99% dos veículos *flex*. No mundo não existe isso. Então, as especificações técnicas: quando disse a única empresa que tem a especificação técnica que a gente poderia exigir, aí estaria um direcionamento do edital para essa única empresa. A gente, com qualquer capacitação técnica, teria que levar em consideração a capacitação, a especificação e a experiência na frota brasileira.

P – Sr. Sérgio, então ele é complexo ou é simples? O serviço de inspeção?

R – A inspeção é simples.

P – É simples?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Um aparte, Vereador Adilson.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Só um minutinho. Uma coisa, quando se fala que uma inspeção é diferente de um milhão? Não, todas as inspeções são iguais. Administrar uma inspeção é uma coisa, administrar um milhão é outra. E aí é uma coisa de capacidade administrativa da empresa e não de capacidade técnica. Se eu consigo administrar uma inspeção, eu consigo administrar um milhão, desde que eu tenha capacidade administrativa.

O SR. ADILSON AMADEU - Então ela é complexa ou é simples?

R – A cooperação é simples.

P – É simples?

R – Hoje no Brasil tem técnico e a gente exige no edital que eles sejam capacitados pelos órgãos, por todos os setores. Nós não podemos citar aos órgãos, mas todos os operadores têm que passar pela aprovação da SVMA. A SVMA tem experiência na parte

técnica, eu estou falando da minha parte técnica. Tem experiência para qualificar e certificar e autorizar os técnicos que vão operar nas concessionárias.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Sérgio, quem elaborou essa peça editalícia? Foi você mesmo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – A parte técnica fui eu. Eu e toda a equipe técnica.

P – O senhor fez os estudos técnicos, então?

R – Não só eu. Foi uma equipe técnica.

P – Quem é a equipe técnica?

O SR. ADILSON AMADEU – O senhor poderia dar o nome da equipe técnica?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Isso tem que estar no processo. Quem é que elaborou?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Tem eu, o Sr. Eduardo...

O SR. ADILSON AMADEU – Eduardo do quê?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ele faz o quê?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Ele é engenheiro civil.

O SR. ADILSON AMADEU – Como? Eduardo...?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É civil e opinou em mecânica?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, da construção civil...

P – Da parte civil?

R - Da parte civil.

P – Da parte mecânica, que é o que realmente...

O SR. ADILSON AMADEU – Não, mas o Eduardo... Sr. Presidente, o nome do Eduardo. O senhor vai depois me oferecer? O senhor vai passar para o meu gabinete?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Eu passo a equipe técnica. São quatro técnicos de engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixem eu concluir, não sejam precipitados. Quais são os outros técnicos na área de mecânica que compuseram, que fizeram estudo dos componentes técnicos mecânicos, não engenheiros civis? Essa foi a parte civil, da estrutura civil.

R – Tem o Renato, que é tecnólogo. Quatro.

P - Da parte mecânica, quantos engenheiros mecânicos?

R - Quatro.

P – Todos com capacitação na área automotiva?

R – Todos com a experiência da Secretaria do Verde.

P - Todos da área da Secretaria do Verde?

R – É.

P – Do Verde? Mas, além de vocês, que deram aparte, quem mais compôs o edital?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Aí é a parte jurídica, o pessoal da Procuradoria, de SNJ.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Está perfeito. Foi dito aqui na fala inicial... Posso fazer uma pergunta?

O SR. ADILSON AMADEU – Eu quero só depois concluir mais uma para não perder o raciocínio do Sr. Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) -Tem uma séria de dúvidas minhas que eu quero tirar. Mas vou pedir que V.Exa...

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ADILSON AMADEU – Obrigado, Presidente. Na sua opinião , uma empresa que nunca prestou esse serviço está apta a prestar apenas por ter em seu quadro um engenheiro mecânico?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Quem vai executar o serviço são os técnicos;

desde que ela tenha os técnicos capacitados para isso.

P – Não engenheiro?

R – Não, na antiga concessionária não tinha engenheiro.

P – Eram técnicos?

R – Eram técnicos.

P – E o programa de inspeção na cidade de São Paulo corre risco de fracasso por ser executado por mais uma empresa sem experiência?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Mas, Vereador Adilson, tem uma contradição que ele me colocou: ele disse que, no edital, não chamou experiência técnica...

O SR. ADILSON AMADEU – Mas nós vamos chamar edital... Nobre Vereador Ricardo Nunes e Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, tem uma contradição aqui no que ele disse.

O SR. ADILSON AMADEU – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixa eu só dizer. “(Ininteligível) não posso exigir capacidade técnica, porque senão estaria direcionando”. Até entendo que, se direcionar o edital, seria dispensa de licitação, e não licitação, mas contratação por dispensa. Agora você está dizendo que (Ininteligível) e não tem capacitação. Agora eu quero entender. O senhor diz: “Não exigi capacidade técnica, porque senão é direcionamento”. São as suas palavras. Agora o senhor está dizendo que tem técnicos habilitados para tocar o programa inteiro? E por que não exigiu então?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Você entendeu, Adilson?

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Sérgio, o senhor está há oito anos na Prefeitura. Anteriormente, o senhor trabalhava em que segmento?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixa ele só responder essa questão técnica.

É interessante isso.

O SR. ADILSON AMADEU – É que estou ficando preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Calma, Vereador Adilson, dá tempo. Não vamos sair daqui hoje; não largo esse osso aqui não.

Eu queria entender, Sérgio. Só queria entender essa lógica sua. Vocês não exigem capacitação, muito bem, porque traz direcionamento se assim o fizer. Ótimo. Mas o senhor diz que tem técnicos à vontade no mercado para tocar todo o sistema. Como é que não tem capacitação?

Você se deseja manifestar, André?

R – No item 11.7 do edital tem: “contar, em cada um dos centros de inspeção, com pelo menos um supervisor de linha e um supervisor geral”. E operador, especificamos também...

P – Sim, mas a capacitação técnica aí não está dita. Supervisor técnico... mas o senhor exigiu capacitação técnica. Qual é a capacitação técnica dele?

R – Não, exigimos que todos os operadores...

P – Não, não é isso. Qual é o acervo técnico, a matéria acervada, tecnicamente, exigido no edital? Comprovação da capacitação técnica com o acervo técnico, com base... com acervo técnico ao CREA. Fica bem claro. O que você exigiu?

R – Não, não tem essa exigência.

P – Não tem exigência, então? Então não tem exigência técnica. Se eu não tenho capacitação técnica junto ao CREA acervada, eu não tenho capacitação técnica. O senhor está sugerindo capacitação técnica?

R – Não, eu estou sugerindo capacitação técnica do operador.

P – Aí é diferente.

R – Do técnico que vai fazer a operação...

P – Então o senhor não fez a exigência técnica no edital? São duas coisa. Uma

coisa é dizer o seguinte no edital: “eu preciso que a atestação técnica com capacitação operacional, exigidos tantos veículos acervados”, que ele já praticou isso aqui no Brasil. Se não foi, os engenheiros, ou os técnicos, eu participei da Controlar estão disponíveis no mercado, bastava que essa exigência fosse feita no edital – isso não é direcionamento. Se já não pode exigir capacitação da empresa, do profissional, que estaria em consonância com o outro. Aí estaria a justificativa: para evitar o direcionamento que o senhor fala. Que a atestação da empresa seria da Controlar. Entendo que não seja só dela, pois aí seria a dispensa que o senhor estava falando. Foi direcionamento? É dispensa. É diferente do que eu estou falando, de licitação.

R – Pelo que nós conhecemos, quem tem esse acervo técnico são quatro ou cinco engenheiros do Brasil, registrados no CREA.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou passar a palavra ao André, que deseja se manifestar. Por favor, André. Aqui é uma audiência pública justamente para isso. Pode se manifestar, André.

O SR. ANDRÉ STEAGALL – Presidente, sempre com respeito à posição do meu colega...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É um debate técnico isso aqui. Pode ficar à vontade.

O SR. ANDRÉ STEAGALL – Ele está numa posição muito desconfortável, pois está defendendo algo que é indefensável. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que ninguém é obrigado a pedir experiência de empresa brasileira. A empresa brasileira pode se consorciar com uma empresa estrangeira apenas pela tecnologia. O capital é brasileiro, a mão de obra é brasileira. A experiência da qual nós estamos tratando é uma experiência de gestão de um conjunto técnico. Não é de gestão de uma rede de lanchonetes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Cito um exemplo: no Metrô é feito assim. Os consórcios são feitos e a capacitação dos rodantes é dada por quem tem essa capacidade. A

concessão dos submarinos nucleares que estão fazendo para a Petrobras é por consórcio técnico, com empresa de fora. Não é daqui.

O SR. ANDRÉ STEAGALL – E não há nenhum demérito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pelo contrário. Nós temos de agregar esse saber técnico...

O SR. ANDRÉ STEAGALL – Sim, e trazer para cá.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Claro, não vejo nenhum óbice nisso.

O SR. ANDRÉ STEAGALL – Se houvesse licitação permitindo a participação de quem tem experiência, no próximo certame, isso já seria público. Muitas empresas teriam abertura técnica. Esse edital permite que quem é dono da tal rede de lanchonetes e que tenha dez milhões de reais no bolso ou então que seja dono de uma empresa de varrição ou de limpeza e que tenha dez milhões de reais no bolso contrate um de nossos engenheiros recém-formados e apresente proposta. E não adianta depois dizer que a PRODAM vai treinar os varredores, os técnicos, ou seja lá quem for. Isso é diferente. Dar treinamento a um indivíduo é diferente de ter a experiência de fazer gestão do conjunto.

É isso o que eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado.

“Vereador Adilson, estou devolvendo a palavra”. Mas antes quero registrar a presença do nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Sérgio, o programa previsto no edital define padrões para os centros de inspeção de equipamentos a serem disponibilizados pelas empresas contratadas. Explique isso.

Pedi auxílio aos universitários, pois, para combater os senhores, somente os universitários. E nós vamos combater os senhores com os universitários, haja vista que eu trouxe pessoas aqui para entendermos a situação. Assim, o nobre Presidente Milton Leite está entendendo, o nobre Vereador Ricardo Nunes está entendendo, e os senhores estavam pondo

o certame aí, à vontade, para as pessoas participarem achando que é uma brincadeira de mau gosto isso.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Bem, o que o edital propõe são especificações técnicas dos centros de inspeção, especificações dos equipamentos de inspeção para operação do programa e os procedimentos adotados na inspeção veicular. Isso é o que está previsto.

O SR. ADILSON AMADEU – Sendo assim, nos padrões que os senhores estão apresentando, tecnicamente...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Adilson, vou interromper V.Exa. para dar abertura...

O SR. ADILSON AMADEU – É importante. Chegou o nobre Vereador Abou Anni, que também conhece bastante...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou pedir licença para retomar a palavra. Neste momento, de ofício, suspenderei a audiência pública.

- Suspensa a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com as presenças dos Vereadores Abou Anni, Adilson Amadeu, Paulo Fiorilo, Milton Leite, Aurélio Nomura e Ricardo Nunes e, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 12ª Reunião Ordinária de 2014. Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br.

Senhores, suspenderei a reunião ordinária neste instante para concluirmos a audiência pública em atendimento ao requerimento do nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. RICARDO NUNES – Indago se não poderíamos aprovar os requerimentos de informação. É porque tenho uma licitação em que o prazo está curto e estou com medo de não aprovarmos hoje. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Srs. Vereadores, a reunião ordinária está suspensa, mas podemos, na reabertura, aprovar os requerimentos.

- Suspensa, a audiência reabre sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Neste momento, já retomo, de plano, a audiência pública, devolvendo a palavra ao Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Sérgio... Sr. Sérgio, fique à vontade para pegar suas mensagens. Aqui é um local democrático. Só queremos o melhor para a Cidade, para o País, para a nossa saúde.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, o meu celular está ali em cima.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Sérgio, sobre esses equipamentos a serem disponibilizados pelas empresas contratadas, o senhor já respondeu, tem um item aí, não é isso?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Sim, e é de acordo com o CONAMA. É de acordo com a especificação técnica do CONAMA.

O SR. ADILSON AMADEU – Sendo assim, é possível, sem esses padrões, garantir tecnicamente que as inspeções realizadas num lote sejam de rigor equivalente às de outro?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – É, pelo sistema de informática. Tudo o que se falou que não tem está previsto no sistema que a PRODAM já desenvolveu. Não é o mesmo sistema, mas “todos os padrões de confiabilidade, de fraude”, está tudo previsto no sistema de informática.

O SR. ADILSON AMADEU – Isso dentro do mesmo lote?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Dentro dos quatro lotes, de todo o sistema. Cabe ressaltar o seguinte: a PRODAM tem toda a experiência para efetuar esse serviço. É por isso que a Secretaria do Verde optou pela inclusão da PRODAM para o sistema de informática. As empresas que prestarão o serviço de inspeção veicular, pelo sistema da PRODAM, fornecerão os dados da inspeção veicular. Vão ter os equipamentos de medição, fazem a leitura e passam esses dados para a PRODAM. O agendamento das inspeções é de responsabilidade da Secretaria do Verde. Não é mais como antigamente, que, quem fazia o agendamento era a concessionária. A responsabilidade de monitorar o agendamento é da Secretaria do Verde. A parte administrativa do processo, de todo o programa, diferentemente do outro, vai ser efetuada pela Secretaria do Verde, aproveitando a experiência que a Secretaria do Verde tem na gestão do programa. Então, estamos trazendo para a Secretaria do Verde mais capacitação, fazendo com que ela tenha um papel mais participativo do que anteriormente. Sou Coordenador Técnico da Equipe de Fiscalização. A gente só fiscalizava, monitorava e fazia auditoria de toda a parte da concessionária.

O SR. ADILSON AMADEU – O senhor ia nos postos da Controlar? Quantos autos de infração os senhores fizeram na Controlar?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Ia. Autos de infração?

O SR. ADILSON AMADEU – É, não andava bem, os senhores tinham de fazer uma multa.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – O número não tenho.

P – Nunca, né?

R – Não, tem multas sim.

P – Quantas.

R - Não lembro, mas tem multa de 5 milhões.

P – Uma.

R – Não sei quantas. Não tenho de cabeça.

P – Nós vamos pedir informação. Aliás, já está surgindo um efeito de uma subcomissão, para não falar CPI, pois aí vamos buscar os senhores, todo o trabalho maravilhoso que os senhores fizeram para chegar num novo certamente.

R – A fiscalização que tínhamos na Controlar existiu, tem multas na Controlar.

P – Uma que o senhor lembre. Uma.

R – Uma é essa de cinco milhões.

P – Fora essa. Essa daí, o senhor falou o macro.

R – Tem multa por não fornecer dados, que nós solicitamos. Das multas, não vou ter porque não trouxe aqui.

P – Mas, tecnicamente, é o senhor que vistoriava os postos.

R – Que? Então, vistoriávamos e tem multas deles, por não fornecer dados; tem algumas multas e não foram poucas.

P – E o que o senhor achava, pois fez um laudo de apoio que, realmente, precisava terminar esse trabalho da Controlar?

R – Eu não fiz esse laudo.

P – O senhor não fez esse laudo? Quem fez?

R – Quem fez esse laudo aí... a lei, essa nova lei saiu da Câmara Municipal. Não foi a Secretaria do Verde. Esse estudo não foi solicitado pela Secretaria do Verde.

O SR. ADILSON AMADEU – Depois, tenho mais perguntas, mas vou passar a palavra ao Sr. André – que tinha me pedido – não, ao Dr. Gabriel Murgel Branco, por favor.

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Vereador Adilson Amadeu, o edital

menciona alguma coisa de que precisa ter uma supervisão de linha, um técnico, inspetor e tal. O título está lá, mas o conteúdo não.

Com todo o respeito, quando o Sérgio diz que o edital menciona experiência técnica da empresa através da presença de supervisores de linha e inspetores devidamente formados e tal. Tudo isso são títulos, mas não têm conteúdo, não está dizendo que experiência é essa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas, Sr. Murgel, eu disse se não é acervo técnico, já foi dito isso, está superado.

Vamos ao seguinte: se não houver capacitação técnica anterior com acervo não é capacitação.

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Pois é, exatamente isso. Mas quero ressaltar o seguinte: foi dito que está lá no edital, mas não está. Tem título, mas não tem conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sim, mas repito para o senhor, se não houver acervo não é. Se não houver capacitação comprovada, e ele sabe disso, o Henrique sabe disso.

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Sim, mas tem de dizer acervo em quê. Só experiência não quer dizer nada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E inspeção veicular, com itens tais e tais. O acervo descreverá a matéria.

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Quando o Sérgio diz que toda a parte que eu critiquei, a Prodam vai desempenhar, vejam, a Prodam é uma empresa com experiência em processamento de dados. Esse é o nome: Prodam, Processamento de Dados do Município.

Ela não tem experiência em inspeção, em veículo, em qualidade do ar, nem em qualidade do ar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Essa gestão não.

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Essa experiência a Prodam não tem. Quer

dizer, precisa existir, e ela não tem.

Outro aspecto importante é que o tal engenheiro mecânico formado em automobilismo é um profissional que nem a Secretaria do Verde deve ter.

O SR. ADILSON AMADEU – Qual seria? Qual a formação?

O SR. GABRIEL MURGEL BRANCO – Está escrito no edital que tem de ser formado num curso de mecânica automobilística, não é curso de engenharia mecânica comum.

É mecânica automobilística. Eu não tenho esse curso, ele não tem, os tecnólogos também não e não sei se na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente tem alguém que tenha até para avaliar se o da empresa é bom mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que títulos são exigidos, Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Curso de engenheiro mecânico com especialização em automobilística.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está escrito isso no edital?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Exatamente desse jeito. Engenheiro mecânico com especialização em automobilística.

O SR. ADILSON AMADEU – O senhor tem essa formação?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ele disse que não.

O SR. ADILSON AMADEU – Não temos ninguém na Secretaria com essa formação?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Tem.

O SR. ADILSON AMADEU – Qual o nome da pessoa? Vou trazê-lo para a reunião.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Vou ter que verificar, mas eu sei que tem engenheiro mecânico.

O SR. ADILSON AMADEU – Se o senhor disse que tem, qual o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se tem, ele participou da elaboração do edital?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Foi consultado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Consta nos autos? Ele consultou formal ou informalmente?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Informalmente.

P – Mas no ente público não tem informal, não é? Tem de estar nos autos.

- Manifestações simultâneas.

R – Mas na elaboração não foi feito.

P – Mas como é que ele vai... Desculpa. O senhor ouviu dizer isso, a matéria técnica, ele falou nos autos?

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, pela ordem. Tudo o que está sendo falado está registrado em cópias taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Adilson, vamos precisar suspender a sessão, pelo menos por vinte minutos, porque a sessão ordinária foi aberta em plenário. Não posso conduzir o trabalho ao mesmo tempo da sessão.

Esta Presidência, de ofício, suspende os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Os trabalhos são reabertos, está cancelada a suspensão, porque a sessão plenária foi suspensa. Vou explicar para que os senhores entendam. Se o Plenário estiver aberto, nenhuma outra comissão pode funcionar. De ofício e de imediato, tenho de suspender os trabalhos. Como a sessão foi suspensa, estou cancelando a suspensão e retomando os trabalhos.

Devolvo a palavra à V.Exa.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Sérgio, gostaria que o senhor ligasse na Secretaria para me fornecer o nome do engenheiro automobilístico formado na Nasa. Por favor, ligue lá.

Dr. André, gostaria que o senhor me explicasse a respeito desse engenheiro

técnico.

SR. ANDRÉ STEAGALL GERTSENCHTEIN – Na verdade, gostaria de fazer referência à outra pergunta que foi feita, se o senhor me permitir, Vereador.

O SR. ADILSON AMADEU – Fique à vontade.

O SR. ANDRÉ STEAGALL GERTSENCHTEIN – Gostaria de falar sobre a capacidade que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente tem de garantir que duas inspeções feitas tenham regularidade, ou seja, sejam equivalentes, seja em lotes diferentes ou no mesmo lote. Afirmo-lhe que a Prefeitura com esse edital não tem essa capacidade, porque, na verdade, esse edital – como bem disse o Prof. Gabriel Branco – tem casca na descrição técnica de alguns itens, tais como as estações, mas não tem conteúdo. Não tem, por exemplo, um projeto de estação. Não tem um projeto básico. Não se licita serviço, principalmente de engenharia, sem um projeto básico. Isso é elementar. O resultado é que, dentro das regras do edital, posso construir um centro de um determinado nível que executa determinado nível de inspeção e outra pessoa pode construir outro centro com outro nível e que executa outro nível de inspeção. Os dois atendendo a essas especificações que são de casca e não de conteúdo.

O SR. ADILSON AMADEU – Dr. André, o senhor tentou informações a respeito desse edital?

O SR. ANDRÉ STEAGALL – Eu tentei. Pela Fundação eu estive na audiência pública, dia 10 de janeiro, e pedi em público, com registro em ata, espero...

P – Onde foi?

R – Na audiência pública feita no parque do Ibirapuera em 10 de janeiro. Audiência pública desse processo.

P – Quem estava lá?

R – Estava o Secretário Adjunto e outros representantes...

P – O Sr. Sérgio estava?

R – Eu não me recordo se o Sr. Sérgio estava, talvez ele possa responder, mas a

pergunta foi dirigida ao Secretário Adjunto, que é quem estava conduzindo os trabalhos e eu, em nome da FDTE, pedi o estudo da Fundação Getúlio Vargas que teria dado o suporte ao cálculo de tarifas e a resposta foi de que ele precisava checar se esse estudo não estava sujeito a um contrato de confidencialidade.

P – Isso foi registrado na audiência pública?

R – Foi registrado e há inúmeras testemunhas disso e de fato esse estudo não foi tornado disponível. Esse edital foi publicado, fazendo referência ao estudo que não acompanha o edital. Podemos até perguntar ao engenheiro Sérgio presente se esse estudo poderá ser tornado disponível, se ele pode entregar esse estudo para a gente ver, porque eu não tive acesso a esse estudo, eu não sei se alguém mais aqui teve, certamente, não publicamente.

P – Os Vereadores estão muito interessados porque se trata de vida, de saúde, e muitas outras coisas. Nós já vamos fazer requerimentos, vamos pedir. Os senhores vão ter toda uma tranquilidade de acompanhar e deveremos aprovar dentro de alguns minutos uma subcomissão de estudos. A importância dos senhores estarem aqui e passando para nós grandes informações que a Secretaria até então não passava e esse edital foi suspenso, esse certame, como já falei, nos últimos minutos e então é muito válido tudo o que os senhores estão falando porque talvez o engenheiro Sr. Sergio pode falar do...O senhor participou da audiência que teve no Ibirapuera?

O SR. SÉRGIO – Participei.

O SR. ADILSON AMADEU – Quem estava lá?

R – Representantes da Secretaria?

P – Sim.

R – Eu participei, não na mesa. Estavam na mesa o Secretário Adjunto...

P – E esse engenheiro de automobilismo da Nasa estava?

R – Não. Eu acho assim, eu já trabalhei em empresa automobilística e já trabalhei, e estou na área de inspeção veicular desde o começo. Então, eu participei de reuniões do

Conama, do Procom, com o Gabriel e todo o pessoal. Eu posso...a gente pediu uma formação para ter uma especificação. Conversei agora com o Secretário Adjunto que pediu para anotar as reivindicações em cima do que estamos respondendo para o TCM.

P – Quem é o Secretário Adjunto?

R – Na época da audiência?

P – Não, agora.

R – É o Ricardo Brandão.

P – Ele ficou, ele estava com o outro Secretário?

R – Não ele estava, ele está com o Wanderlei agora.

P – Ele veio junto com o Sr. Wanderlei? Por que vocês não estavam abrindo esse edital para fundações, para os interessados?

R – No edital, não. O que está se falando é do estudo feito pela FGV. Na época da audiência, o estudo, a gente estava analisando e fizemos todo o estudo, mas ele está no processo. Qualquer pessoa que pedir vistas no processo. O estudo está dentro do processo da licitação, está disponível para qualquer pessoa que pedir vistas no processo. A gente não pode retirar uma cópia de um estudo de um processo para deixar no...

Agora, o estudo está disponível sim. É só pedir vistas, eu sou funcionário público - o processo é de conhecimento público, não podemos negar. Nunca se falou, se falou na época que ia se consultar o contrato, porque na época a gente não tinha. Tinha termo de confidencialidade. Mas ele está disponível no processo.

Qualquer entidade que queira solicitar o estudo, basta solicitar vistas do processo. Está disponível a todo mundo, inclusive quem quiser cópia, é só pedir.

O SR. ADILSON AMADEU Como vocês receberam, Sérgio, a suspensão do certame?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Para mim é algo...

O SR. ADILSON AMADEU - Normal?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Eu sou funcionário público de carreira. Eu não questiono. Aprendi que a gente não questiona ordem judicial, a gente acata. Não sei qual seria o resultado desse edital, se conjectura alguma coisa. Quando se fala na capacitação técnica...

O SR. ADILSON AMADEU - E as 19 irregularidades que foram, parece que são mais. Conversei com o conselheiro, o pessoal de assessoria desse conselheiro falou que tem mais irregularidades.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, são 19.

O SR. ADILSON AMADEU - Dezenove, então.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – É que a gente está mandando para o...

O SR. ADILSON AMADEU - Eu achei seis, mas não sou técnico, não sou engenheiro. Pedi auxílio para os universitários e eles acharam mais seis. São 12. Ficou faltando mais um pouco. Agora já está em 19 irregularidades. Pergunto: o senhor recebeu alguma empresa que gostaria de participar?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não.

O SR. ADILSON AMADEU - Nenhuma?

O SR. PAULO FIORILO - Um aparte, Vereador Adilson.

O SR. ADILSON AMADEU - Nobre Vereador Paulo Fiorilo, é sempre uma honra passar aparte para o senhor.

O SR. PAULO FIORILO - Obrigado, Vereador. Eu queria só aproveitar as perguntas do Vereador Adilson para esclarecimento, o Tribunal apontou 19 irregularidades? O senhor pode esclarecer?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, foram 19 questionamentos.

O SR. PAULO FIORILO - Como senhor é técnico, o senhor é concursado, o senhor sabe diferenciar o que é irregularidade do que é questionamento, não sabe?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Sei.

O SR. PAULO FIORILO - Se eu falar que o contrato está irregular ele não pode ir para a rua.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, o contrato tem parecer do SNJ.

O SR. PAULO FIORILO - Quero voltar a minha pergunta: eu gostaria que o senhor dissesse quais são os 19 “questionamentos que o Tribunal fez, o senhor pode dizer”?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Quero complementar a palavra do Vereador Paulo Fiorilo. Dos 19 questionamentos, dentre alguns deles constitui irregularidade? É isso. Não precisa ler os 19, algum dos 19 questionamentos caracteriza irregularidade na visão do Tribunal e não da Procuradoria. Porque a Procuradoria pode entender uma coisa e o Tribunal pode entender outra. O questionamento é: se há questionamento na formação do projeto que foi colocado na rua ou são todos eles questionamentos que podem ser solucionáveis.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, todos os questionamentos que estão aqui todos estão respondidos, todos eles são solucionáveis.

O SR. PAULO FIORILO - Algum deles, Sr. Sérgio, alguns dos que vocês responderam caracteriza irregularidade no processo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Minha opinião é não.

O SR. PAULO FIORILO - Ok. Quero saber a opinião do senhor, o senhor é o técnico. Senão vou chamar o conselheiro.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Posso só falar o primeiro?

O SR. PAULO FIORILO – Pode, claro.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Ausência de consulta pública, infringência ao artigo 1º.

O SR. PAULO FIORILO – A audiência pública foi realizada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos aos 19, pode citar.

O SR. PAULO FIORILO – Vamos continuar agora. Quero ouvir os 19. O nobre Vereador Milton Leite me interrompeu.

O SR. ADILSON AMADEU – “Nobre Vereador Paulo Fiorilo, hoje na Jovem Pan”, fiquei muito feliz em ouvi-lo, a respeito dos esclarecimentos do Plano Diretor, conheço apenas 1%. Preciso aprender mais 99% com os senhores. Nobre Vereador, o Sr. Sérgio... Ele foi suspenso, esse edital...? Vou parar já. Para mim já é o suficiente. Até vamos colocar em votação um requerimento de uma subcomissão... Mas poderia ter acontecido, já estaria na rua todo esse trabalho das empresas que participaram e ganhar e os senhores não tinham visto essas 19 irregularidades.

O SR. SERGIO HENRIQUE FORINI – São questionamentos.

O SR. ADILSON AMADEU – Questionamentos? Para terminar, tenho uma última pergunta, mas deixo para o final. Como estamos em Copa do Mundo, padrão FIFA, imaginem o que uma andorinha, um passarinho falou para mim, que um grupo Frances está ou estaria junto – estou deixando em notas taquigráficas – Nada contra os franceses, espanhóis, ingleses, portugueses, dinamarqueses, belgas, camarões... Mas estaria já organizando para estar tomando conta disso. Muitas vezes perguntamos: poxa, não temos empresas nossas brasileiras? Um passarinho que me falou. Estou atrás disso daí, porque se for competente dentro do que os senhores colocaram, e dentro desse engenheiro aí automobilístico, formado não sei onde, vou acreditar que está bom. É bem por ai. Não ligaram ainda para dar o nome do engenheiro?

R – Não.

P – Mas vai ligar hoje ainda?

R – Vou. Posso responder uma perguntinha?

P – Vou passar para os senhores, vão ficar à vontade e logicamente, todos irão falar, tenho uma última pergunta depois.

R – Quando os senhor falou do grupo Frances, na minha opinião, como técnico é uma incoerência. Estão falando que estamos muito, o edital, está muito aberto para qualquer empresa, então não estamos fechando com esse grupo Francês, ao contrário do que está se

falando, estamos abrindo para a todas as empresas nacionais, que tem um capital para investir. Volta minha opinião. Sou engenheiro mecânico, trabalho com inspeção veicular e algum tempo atrás fiscalizei o serviço da Controlar, não é um serviço tão complexo de realizar a inspeção veicular, desde que tenham os equipamentos necessários e estão previstos no edital. O edital direciona para empresa brasileira, porque não estamos exigindo experiência de fora. Não estamos exigindo de dentro do Brasil, mas que os técnicos sejam os operadores do sistema, sejam capacitados para isso, e está aqui, quando pedimos, procedimento administrativo, treinamento, a empresa deverá dispor de treinamento para habilitação dos inspetores de linha, deverá dispor de treinamento de atualização de inspetores de linha, deverá dispor de treinamento para supervisor de linhas e centros de inspeção. Não sei se posso citar aqui, mas colocamos isso, porque o treinamento tem de ser específico, tem de ser feito por entidades, o SENAI tem uma formação específica para inspetores de linha. O edital e ai a parte técnica, foi o menos restritivo possível, desde que tenha uma capacitação administrativa para realizar o processo. Não estamos direcionando para ninguém, é minha opinião.

O SR. ADILSON AMADEU – Concluindo, acredito que seja uma questão de logística. Quem tem condições de bancar outras empresas, e começa a bancar outras, mais ou menos assim. Mais um pouquinho, todos nós vamos trabalhar muito nisso, os senhores irão ficar sabendo. Os senhores vão ficar sabendo. E o senhor, que é engenheiro técnico, que acompanhou tudo, o senhor vai saber também.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Retomando. Sérgio, vamos dizer o seguinte. Qualquer empresa, por exemplo, o dono de um grande açougue com um capital de mais 10 milhões consegue se habilitar. Reúne...

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, porque ela tem que estar registrada no CREA.

P – Se ela fizer consórcio com uma oficina de 1 mil reais, mecânica, ela consegue de habilitar...

R – O senhor não pode negar que houve um monte de oficinas mecânicas aqui em São Paulo...

P – Deixe-me concluir. É que o senhor está com pressa. Um grande açougue se associa a uma oficina mecânica, com um engenheiro mecânico; basta ter 10 milhões de capital, que ele consegue chegar lá. Cito o exemplo de uma fusão, um consórcio entre uma empresa – um grande açougue, por exemplo – com capital de mais de 10 milhões de reais que faça um consórcio com uma oficina bem organizada. Aquele da esquina que tenha um profissional pode participar da licitação, é isso?

R – Pode.

P – Agora, vou retomar. O senhor acha que isso é o suficiente? Mas uma empresa que tenha um engenheiro mecânico e um capital de 1 mil reais, vai gerar uma inspeção veicular dessa monta. O senhor, que é o técnico, acha que isso é bastante, é suficiente?

R – Na operação, para operacionalizar o sistema, eles vão ter que demonstrar capacidade técnica.

P – Essa é outra etapa. Ele já ganhou, já está dentro do processo. Aí, o açougueiro vai fazer o que quiser. Dirão o seguinte: “Sr. engenheiro mecânico, o senhor, que só tem uma empresa, o senhor pode participar. O senhor tem um só e, agora, pode participar”. Eu não tenho nenhuma restrição, desde que ele venda a carne.

Vou retomar a origem do processo: o senhor disse que foi o senhor que coordenou o processo todo. Na formação do projeto básico que o senhor colocou na rua, quem dimensionou isso?

R – Só um minutinho. Eu não coordenei o processo. Eu somente participei da parte técnica.

P – Quando o senhor vai fazer uma licitação, antes de ouvir o Jurídico, chega a demanda: “Precisamos fazer a demanda para a inspeção veicular”. Aí, é preciso dimensionar que tamanho é esse pleito licitatório, que tamanho é essa licitação, de que natureza é. Ora,

precisamos ouvir os técnicos, ter um projeto básico. Aí, é preciso ouvir o senhor. Estou errado?

Agora sim o senhor responde: quem é que fez o básico para isso?

R – A equipe técnica.

P – Que equipe técnica é essa? O senhor disse que só tem um engenheiro mecânico...

R – Não, não tenho só o engenheiro mecânico. Eu falei que há quatro engenheiros mecânicos.

P – Quatro engenheiros mecânicos... Eles opinaram no processo? Na formação técnica do projeto básico, eles assinaram e assumiram lá. Eu quero entender, como se eu estivesse montando o processo licitatório. Chegou a demanda para a qual é preciso ser feita a licitação. Então, vamos fazer o básico. O básico exige que os técnicos montem o projeto básico. Quem são os técnicos que montaram o projeto básico?

R – A equipe técnica da Secretaria.

P – Quem são esses técnicos? Eu estou perguntando ao senhor.

R – Vou passar já, me comprometo a passar o nome para o...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, Vereador Adilson, deixe-me só conduzir um pouquinho agora. Esses técnicos falaram no processo formalmente, ou ficou somente dito? Só ouviram em reunião, e foi para o processo?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – A gente só falou em reunião, só estipulou em reunião.

P – Uma licitação dessa monta, e o sujeito não dá opinião técnica no processo? Na hora em que foi definido o projeto básico, ele não assinou? A equipe técnica não assinou?

R – Não.

P – Quem assinou então? “Estou montando a licitação”. O senhor está dizendo que há os técnicos. Estou concordando com o senhor. Há os técnicos lá, eles existem. Quem é que

vai fazer o básico para que eu dê a exata dimensão daquilo que a Cidade demanda? Quem é que fez? Não foi o Jurídico, foram os senhores. Estou discutindo agora o processo licitatório. Vou entrar no processo. De licitação, deu para o senhor perceber que conheço um pouco. Eu posso não conhecer de mecânica, mas de processo licitatório a gente conhece. Vou adentrar ao processo nesta comissão que vamos formar aqui. Eu vou a fundo. Estou perguntando ao senhor: quem é que fez? Como apareceu esse processo na mesa? Um processo não nasce do nada. Alguns técnicos assinaram, se responsabilizaram pelo básico, até para a formação do preço base. Eu tenho que dizer o que vou licitar, o que constitui o objeto da licitação. Eu estou perguntando para o senhor: quem é que constituiu o objeto a ser licitado?

R – Ah, então, desculpe, mas a equipe técnica da Secretaria do Verde deu informações. Quem elaborou, eu não conheço o processo licitatório, eu não sou especialista nisso. A equipe técnica elaborou, deu subsídios. Quem elaborou esse estudo técnico do processo foi a FGV nesse plano de estudo (?) que há.

P – A Fundação Getúlio Vargas...

R – A Fundação Getúlio Vargas.

P – Então, Vereador Adilson, temos que ouvir a FGV. Ele está dizendo que quem deu não foi mais o mecânico, foi a Fundação Getúlio Vargas. Eu pensei que a Fundação tivesse economistas, especialistas da área de administração; agora, o senhor está dizendo que a formação, o básico do projeto para ir à rua não é da Secretaria. É isso?

R – Foi baseado em estudo da FGV.

P – Nossa! (Risos) Sérgio, não é possível. A Secretaria contratou a Fundação Getúlio Vargas para montar o projeto técnico básico – que é da área de mecânica – para fundamentar a licitação? É isso que você está dizendo?

R – Da parte mecânica, não. Da licitação inteira.

P – Olha... Peça para sua assessoria...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Adilson, eu vou pedir... Onde está à assessoria do Vereador Adilson Amadeu? (Pausa) Peço à assessoria do Vereador Adilson o seguinte– eu assinarei -: que peça cópia de inteiro teor, capa a capa, do processo que deu origem à licitação. Lá deve constar o que estamos querendo. Para mim, tem valor o que está no processo, de capa a capa. O técnico que não falou, não assume responsabilidade, não tem nada com isso. Se na licitação ele não falou, não está falando. Se ele entrou em uma reunião informal e disse “ouvi dizer”, não vale. Quero ver o que está no processo. Primeiro, formou-se um projeto básico. Tem que haver um básico para que haja a formação do preço e para que se defina a modalidade da licitação. Tem que haver um corpo para isso, não se sai atirando do nada. O senhor está dizendo que veio da Fundação Getúlio Vargas. Então, vou pedir para que cópia de inteiro teor de todo o processo licitatório – capa a capa – e também dos anexos, se houver. Assim, eu poderei tomar conhecimento de como se chegou a esse pleito licitatório. Se houver irregularidade, posso lhe assegurar: eu acho. Se o Tribunal não achou, eu acho. Eu não estava atrás desse processo, mas agora estou, estarei atrás dele. Não estou duvidando da capacidade técnica de V.Sa., mas como o Tribunal suspendeu... Vim aqui somente para presidir esta reunião, não para correr atrás desse pleito, dessa licitação, mas a requerimento do Vereador Adilson Amadeu; mas chamaram-me a atenção as falas dos dois profissionais presentes, que desancaram moralmente com o pleito licitatório. Ressalvada a qualificação deles, chama-nos a atenção. Como vamos examinar isso? Pode ser que todo o processo esteja correto, posso chegar ao final e constatar que está correto. Não estou dizendo que está errado, antes vou examinar com a experiência de quem participou inclusive na iniciativa privada. Conhecemos um pouquinho o que são esses pleitos. Então, vamos olhar esse processo.

Vou pedir cópias do processo e também dos anexos, se houver. Aí, poderei chamar V.Sa. nesta Comissão de Estudos, bem como esses técnicos todos que falaram, inclusive os dois profissionais que aqui estiveram, para que eu fale com mais base. Ouviremos também o

Tribunal para que eles nos digam as razões. Houve questionamentos, mas questionamentos podem suscitar dúvidas que levem à ilegalidade. Entendo o ponto de vista que a Secretaria deu, pois os questionamentos do Tribunal foram todos respondidos, porque são fáceis de responder. Mas pode algum técnico do Tribunal não ver. Só farei este requerimento e vou permitir que outros também façam. Vamos constituir uma Comissão e vamos acompanhar para não ser precipitado, para não dizer que o processo está equivocado ou que há erro ou acerto. Vou colocar uma lupa nisso e vou assessorar o nobre Vereador Adilson Amadeu nesse pleito daqui por diante. Quero saber quem fez esse processo, como foi, se tinha capacitação ou não, e daqui para frente vou começar a questionar como isso foi montado, que é que deu vazão a isso que foi colocado na rua, até para dizer se os senhores estão equivocados.

Quero conhecer o suficiente para opinar mais sobre esse processo, pois não estou confortável. Não estou satisfeito de não ter as condições necessárias para formular só baseado no “ouvi dizer”. Não ajo assim. Agora, como o adentrar do processo, aí, sim, de forma técnica, vamos agir e questionar os senhores.

Passo a palavra para o nobre Vereador Ricardo Nunes, que pediu a palavra.

O SR. RICARDO NUNES – Rapidamente, como empresário, faço certificação, mas de produtos alimentícios importados e o que é focado nessa questão do serviço é a qualidade dos equipamentos. A questão do profissional, que vocês têm falado bastante, é importante, mas não é o fator determinante, desde que seja habilitado pelo CREA.

Como empresário, a pergunta que faço é se dentro do edital está prevista a calibração. Este é o grande ponto: qual a qualidade técnica do equipamento e quem a faz. Por exemplo, na minha empresa, tenho que fazer a calibração dos meus equipamentos no IPT, sendo que alguns têm que ser mandados para o Japão para serem calibrados lá.

O grande foco desse processo são os equipamentos, que realmente vão realizar o trabalho. No edital está prevista a qualidade e o nível técnico do equipamento e principalmente a calibração?

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Em relação à qualidade dos equipamentos, seguimos o que diz o IN-6, da Conama, que é a norma federal. Todas as exigências de calibração estão previstas na IN-6.

A inspeção veicular teve um ganho de prestação de serviço de diversas oficinas mecânicas. A norma federal especificada para o equipamento ou superior é cumprido exatamente como está nela.

P – Qual é a resolução Conama?

R – IN-6.

P – Nela estão descritos os equipamentos?

R – Estão descritos os equipamentos.

P – E há um período de exigência para fazer as calibrações?

R – Há. Está dentro do anexo.

P – Há ABNT sobre esse assunto?

O SR. ANDRÉ STEAGALL GERTSENCHTEIN – Posso complementar, Vereador.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – O tempo de experiência do engenheiro é importante, mas temos que focar no equipamento, porque quem vai dar o resultado, Vereador Milton, sobre o tanque...

O SR.PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador Ricardo Nunes, aprovamos uma Comissão de Estudos e a chamamos imediatamente.

O SR. RICARDO NUNES – É que vocês focaram tudo numa linha, mas a linha é outra.

O SR.PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas ver a peça inteira, todo o processo. De posse disso, vamos chamar uma Comissão de Estudos, que é específica, sem restrição de horário. Senão ficamos pressionados porque há outra audiência. Na Comissão de Estudos, vamos poder convidá-los e ouvi-los com a urgência, mas com a calma que a matéria exige.

Sem o processo, não podemos falar.

O SR. RICARDO NUNES – Mas agora já temos a linha: IN-6, do Conama.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas essa matéria, para não sermos repetitivos, vamos debater numa Comissão de Estudos específica. É que hoje temos várias pautas. Então, devemos aprovar um número suficiente de Comissões de Estudos só para tratar dessa matéria, dessa licitação para não dependermos da pressão da sessão ordinária.

Peço ao nobre Vereador Paulo Fiorilo que esclareça sua dúvida e, após isso, aprovamos a Comissão de Estudo.

O SR. PAULO FIORILO – Na realidade, gostaria que V.Exa. encaminhasse a cópia dos itens levantados pelo Tribunal, já que V.Exa. começou a ler e foi interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, vamos à Comissão de Estudos.

O SR. PAULO FIORILO – Por isso que pedi para entregarem a esta Comissão uma cópia dos itens respondidos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador Paulo Fiorilo, tudo vai virar uma cópia do processo de inteiro teor.

O SR. PAULO FIORILO – Ele já tem com ele, é só deixar aqui uma cópia.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, essa aqui que tenho comigo está com as respostas.

O SR. PAULO FIORILO – Então, o senhor nos encaminhe uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sei que os senhores desejam falar mais, assim como eu. Todavia, vamos encerrar a audiência de hoje, lembrando que os senhores serão convidados a falar na Subcomissão, para a qual já há um requerimento sobre a mesa, para tratar dessa matéria. Lembrando que o senhor e o Secretário já podem preparar a cópia de inteiro teor do processo de licitação, bem como os anexos apensos que compõem a peça editalícia, onde deverão constar os estudos da Fundação Getúlio Vargas. Eles terão que estar no processo. A confiabilidade pode existir, mas não para o fiscal público.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Não, desculpe, o estudo está no processo.

O SR.PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, se está no processo, virá para cá. Como somos fiscais do dinheiro público – essa é a nossa principal função –, terá que vir para cá, ainda que sob sigilo e sob confiabilidade.

Esta Presidência não terá nenhum problema em mantê-los aqui nesta condição na Subcomissão, mas aí teremos a condição, que não tivemos até agora, de estudar melhor essa matéria.

Quero ressaltar que não gosto de formar convicção sobre esse processo, pois não temos condições para isso hoje. A Comissão não tem condições de hoje dizer se está certo ou errado. Portanto, o melhor é mesmo a Subcomissão, que só se debruçará sobre o processo, ouvirá os técnicos e terá acesso à manifestação da Fundação Getúlio Vargas, à qual eles não tiveram acesso.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE FORINI – Licença, nobre Vereador. O estudo da FGV está no processo e, como falei anteriormente, o acesso ao processo é livre para quem quiser vê-lo, não só aos Srs. Vereadores.

O SR.PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas temos condições de requerê-lo por aqui.

R – Não, mas aí podem falar que estamos facilitando apenas para os Vereadores. O acesso ao processo é livre a qualquer pessoa, basta pedir.

P – Qualquer concorrente que planeje participar do pleito tem direito de saber do processo.

R – E ele está aberto para consulta a quem assim o desejar.

P – Até àqueles que pretendem participar do pleito, para saber que a licitação foi feita com base no estudo. Senão, como ele vai participar de um pleito licitatório se não tem base? Basta solicitar cópia de inteiro teor do processo, como estamos fazendo aqui.

R – O estudo está disponível no processo.

P – Neste momento, dou por encerrada esta audiência pública, agradecendo aos

senhores.

Neste momento, reabro a sessão ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento para apreciação das matérias do dia de hoje.

Suspendo a sessão por dois minutos para aguardarmos o nobre Vereador Adilson Amadeu e para ordenarmos, juntamente com a assessoria, os requerimentos que iremos aprovar. Suspensa, por dois minutos, a sessão para aguardarmos o Vereador Adilson e ordenarmos junto com a assessoria os trabalhos e os requerimentos que iremos aprovar.

Srs. Vereadores, por favor. (Pausa)

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento. Primeiro vou solicitar aos Srs. Vereadores a inclusão no pé de pauta de dois requerimentos que estão sobre a mesa para serem apreciados.

Peço que a assessoria enumere os requerimentos para que eu possa dar prosseguimento.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, só temos um requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Há dois.

O SR. PAULO FIORILO - Não tem outro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por isso que eu vou ler.

O SR. PAULO FIORILO - Não tem cópia?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só chegou uma cópia aqui, Vereador. A sessão está suspensa por um minuto, aguardaremos a numeração dos requerimentos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento. Há dois requerimentos sobre a mesa, do Vereador Adilson Amadeu, nº 32/2014 e do Vereador Ricardo Nunes nº 33/2014. Pedem inclusão na pauta na sessão de hoje.

O SR. RICARDO NUNES - Só mais esse projeto, Presidente, para inclusão no pé de pauta. É um projeto do Vereador Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Lerei os três itens. O projeto de lei do Vereador Alessandro Guedes, PL 259/2013, que obriga o Poder Executivo Municipal a publicar na imprensa oficial, disponibilizar no site oficial da Prefeitura, e em cada unidade escolar, dados referentes a qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos de ensino infantil e fundamental da rede municipal de educação.

Vamos votar primeiro a inclusão no pé de pauta. Os Srs. Vereadores favoráveis à inclusão no pé de pauta o requerimento do Vereador Adilson Amadeu, nº 32/2014 e o requerimento do Vereador Ricardo Nunes nº 33/2014, permaneçam como estão. Está aprovada a inclusão.

Os Vereadores favoráveis à inclusão no pé de pauta do Projeto de Lei 259/2013, de autoria do Vereador Alessandro Guedes, permaneçam como estão. Está aprovada a inclusão no pé de pauta. Neste momento, Srs. Vereadores, peço a inversão de pauta, tornando o item um da pauta, o requerimento primeiro, o requerimento de número 32.

A votos a inversão de pauta. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Srs. Vereadores, neste momento, coloco a inversão de pauta do requerimento de número 33, tornando-se o número dois da pauta. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Neste momento, passo a ler o requerimento do nobre Vereador Adilson Amadeu, de número 32/ 2014.

- É lido o seguinte: *(Requerimento nº 32/2014, do Vereador Adilson Amadeu)*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - Sr. Presidente, tentei acompanhar atentamente a leitura feita por V.Exa. e tenho só uma dúvida. Num dos parágrafos lidos, o Vereador Adilson faz referência às questões apontadas como problemáticas - não é essa a expressão. Aqui, quando questionei o representante da Secretaria, perguntei se havia, por parte do Tribunal, apontamento de irregularidades. S.Sa. disse que havia apontamentos de questões que seriam respondidas - ou que foram respondidas.

A minha dúvida é que vamos constituir uma comissão de estudos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sobre inspeção veicular.

O SR. PAULO FIORILO - Não, não. Mas se ela se embasar no que está escrito, eu tenho dúvidas. V.Sra. poderia ler novamente o parágrafo?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vou ler, então, o que disse. É o seguinte: ele quer que seja feita, instaurada, uma subcomissão de estudos acerca da nova implantação da inspeção veicular do Município.

Aí, o nosso debate, eu entendo prejudicado.

Tal medida se faz necessária...

O SR. PAULO FIORILO - É por isso que eu queria que V.Exa. lesse.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) -... Tal medida se faz necessária para que informações resultantes de estudos mais profundos se centralizem nesta Comissão, bem como seja procedida a verificação das inconsistências observadas nos certames apresentados em audiência pública nesta Edilidade.

Então, são dois aspectos: um é a inspeção veicular como um todo...

O SR. PAULO FIORILO - Meu questionamento é sobre o segundo aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Então, o segundo é das inconsistências. Por que inconsistências? Houve uma contradita entre dois depoimentos da inicial e o convidado da

Secretaria. Essas são as inconsistências que houve, um verdadeiro conflito aqui, foi uma verdadeira acareação.

Com base nisso, nobre Vereador, é que S.Exa. está pedindo.

O SR. PAULO FIORILO - Não, não. Está claro. É que eu estou considerando que o segundo argumento é sempre muito relativo em função inclusive do que foi dito. Por isso, vou solicitar votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Está bem. Votação nominal.

A votos o requerimento do Vereador Adilson Amadeu. Como votam os Srs. Vereadores?

- Inicia-se a votação.

O SR. ADILSON AMADEU – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Favorável.

O SR. ABOU ANNI – Favorável.

O SR. PAULO FIORILO – Contrário.

O SR. RICARDO NUNES – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Milton Leite vota favorável.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Votaram “sim” cinco Srs. Vereadores; “não”, um Sr. Vereador. Está aprovado.

Então, por cinco votos a um, ficou aprovado o requerimento do Vereador Adilson Amadeu.

Vou pedir, então, que os Srs. Vereadores...

Só ficou, Vereador, aqui uma questão a ser aditada por V.Exa., porque não foi dito nesse requerimento - e pediria que até o final... Quantos membros compõem? Quantos membros V.Exa. imagina para compor essa Comissão? Pediria que V.Exa. fizesse por escrito, ou se são todos membros da Comissão que desejarem dela participar. Terá de ser aditado por escrito, Vereador, e votado.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente. Sem dúvida alguma, posso aditar...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode aditar, por exemplo, comissão com sete ou nove membros.

O SR. ADILSON AMADEU - Comissão com cinco membros.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já é suficiente, nobre Vereador. Apenas isso, Vereador. Vamos agora votar a composição dos Srs. Vereadores.

O Vereador Adilson Amadeu adita o requerimento, neste momento, e indica que a comissão deverá ser composta por cinco membros.

Os Srs. Vereadores favoráveis à comissão com cinco membros e deste aditamento, permaneçam como estão.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Ao concluir, quero que V.Exa. registre a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A votos o aditamento. Os Srs. Vereadores

favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado. Registrado o voto de abstenção do nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Este Presidente também adita por falha deste aqui...

O SR. PAULO FIORILO – Quantos aditamentos estão faltando ainda? Porque V.Exa. sabe que pela lei são permitidos 25%.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está faltando o prazo de 90 dias. Estou registrando novamente o aditamento. Agora vou colocar a votos o prazo.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Antes de votarmos, gostaria que V.Exa. consultasse sua assessoria para se certificar de que não está faltando mais algum.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, por ora é só. Se houver, aditaremos na próxima reunião.

O SR. PAULO FIORILO – Tem ementa? Está certa?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A votos o prazo de 90 dias. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Registre a abstenção deste Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está aprovado. Registrado o voto de abstenção do nobre Vereador Paulo Fiorilo.

Na próxima reunião, a comissão receberá essa composição.

Peço à Assessoria que faça uma leitura bem dinâmica e muito rápida do segundo requerimento.

- É lido o seguinte: *(Requerimento nº 33/2014, do nobre Vereador Ricardo Nunes, oficiando a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras)*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço à Assessoria que complemente a leitura com todos os dados constantes do requerimento.

- É lido o seguinte: *(Complementação da leitura. Referente ao edital de licitação nº 7/14 da Siurb, modalidade: concorrência para registro de preço).*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Feita a leitura, a votos o requerimento de nº 33, de autoria do nobre Vereador Ricardo Nunes. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O SR. RICARDO NUNES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a questão de ordem, nobre Vereador?

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, solicito o adiamento, por uma sessão, dos demais itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A votos o adiamento, por uma sessão, dos demais itens da pauta. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Nada mais havendo a tratar dou por encerrada a presente reunião da Comissão de Finanças e Orçamento.
